

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Mesa da Assembleia
 - 1.2 – Comissão
- 2 – ORDEM DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Comissões
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 6 – ERRATAS**



ATAS

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 3/5/2021

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa referente ao mês de dezembro de 2020, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Fundhab – referente ao mês de dezembro de 2020, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova as prestações de contas dos deputados referentes à aplicação, até 31/12/2020, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.446, de 15 de junho de 2009; 4ª) aprova a prestação de contas anual da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa referente ao exercício financeiro de 2020, composta de balanços, relatórios e demonstrativos, solicitando aos ordenadores de despesa, presidente e 1º-secretário, o encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG –, na forma do disposto no Anexo II de sua Decisão Normativa nº 01/2021; 5ª) aprova a prestação de contas anual da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Fundhab – referente ao exercício financeiro de 2020, composta de balanços, relatórios e demonstrativos, solicitando aos ordenadores de despesa o encaminhamento ao TCE-MG; 6ª) dispõe sobre a estipulação da vigência dos contratos administrativos ou das prorrogações contratuais fixada em meses ou anos, adotando, como termo final, o dia de número anterior ao de início do contrato. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo termo de aditamento ao convênio celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG –, tendo como objeto a cessão de policiais militares à ALMG, para prestar apoio às atividades institucionais – parecer favorável à inclusão de um militar, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. A seguir, nos termos do art. 12, inciso I, alínea “a”, da Deliberação nº 2.598, de 13 de outubro de 2014, a Mesa autoriza a abertura do processo nº 1011014 39/2021, Pregão Eletrônico nº 18/2021, cujo objeto é a prestação de serviços de fábrica de *software*, conforme solicitação da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação. Na

continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, é assinado o seguinte ato relativo ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas no art. 147 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 23.603, de 13/3/2020, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 27/4/2021, o servidor Marco Antônio Ribeiro dos Santos, ocupante do cargo efetivo de agente de execução das atividades da secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 5 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 5 de maio de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 10/5/2021

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa referente ao mês de março de 2021, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Fundhab – referente ao mês de março de 2021, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova as prestações de contas dos deputados referentes à aplicação, até 31/3/2021, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.446, de 15 de junho de 2009. A seguir, por meio da Deliberação nº 2.765/2021, a Mesa regulamenta a assistência a que se refere o inciso I do § 1º do art. 221 da Resolução nº 800, de 5 de janeiro de 1967, prestada pela Assembleia Legislativa. Ato contínuo, por meio da Deliberação nº 2.766/2021, a Mesa dispõe sobre a aplicação, no âmbito da Assembleia Legislativa, da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD –, e dá outras providências. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo Requerimento nº 338/2019, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a situação de todos os termos de compromisso em aberto firmados entre a secretaria e as escolas estaduais – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.317/2019, de autoria da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a implementação e a execução dos programas e serviços de prevenção às violações dos direitos das crianças e adolescentes em Minas Gerais – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 2.387/2019, de autoria da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre os nomes dos 10 maiores devedores do Estado – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 5.382/2020, de autoria do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à delegada de polícia da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG –, em Ribeirão das Neves, pedido de informações consubstanciadas em cópia do Inquérito Policial nº 2020-231-002407- 001-00935498-48, no estado em que se encontra, bem como em cópia dos laudos das necrópsias e exames toxicológicos realizados referentes à investigação da morte de aproximadamente 70 cães do Lar Temporário

Entre Latidos e Miados – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 7.416/2021, de autoria do deputado Tito Torres, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre as unidades do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – que serão contempladas com as melhorias citadas no Anexo IV – Programa de Fortalecimento do Serviço Público – do acordo judicial para reparação integral relativa ao rompimento das Barragens B-1, BIV e B-IVA, do Córrego do Feijão – parecer pela aprovação, aprovado. A seguir, a Mesa, no uso de suas atribuições, especialmente as contidas no inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 1997, tendo em vista os fundamentos contidos na instrução da Diretoria de Recursos Humanos, conclui pela impossibilidade de deferimento do requerimento de aposentadoria da servidora Margarete Gelmini Machado, ocupante do cargo de assessor parlamentar, do quadro de provimento em comissão de recrutamento amplo desta Assembleia Legislativa, em conformidade com o disposto nos arts. 2º e 37, *caput*, e no § 2º do art. 40 da Constituição da República, de 1988, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998, bem como o disposto nos arts. 38 e 47, *caput* e parágrafo único, da Lei Complementar nº 64, de 2002. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, *c/c* a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 12 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 12 de maio de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 17/5/2021

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova o Relatório de Análise e Classificação de Bens Permanentes nº 02/2021, elaborado pela comissão especial criada pela Portaria do Diretor-Geral nº 11, de 26 de maio de 2020, autorizando, nos termos do art. 6º da Deliberação da Mesa nº 2.349, de 2004, a alienação dos bens classificados como antieconômicos; 2ª) aprova o Relatório de Análise e Classificação de Bens Permanentes nº 03/2021, elaborado pela comissão especial criada pela Portaria do Diretor-Geral nº 11, de 26 de maio de 2020, autorizando, nos termos do art. 6º da Deliberação da Mesa nº 2.349, de 2004, o descarte dos bens classificados como antieconômicos; 3ª) autoriza o recebimento, o processamento e o pagamento de diárias de viagem ao deputado Dalmo Ribeiro Silva, relativas aos meses de referência janeiro e fevereiro de 2021, considerando os esclarecimentos apresentados pelo parlamentar; 4ª) autoriza o recebimento, a aceitação e o processamento, por parte da Gerência de Análise de Prestação de Contas, dos comprovantes de despesas e dos respectivos processos de prestação de contas relativos à verba indenizatória do deputado Glaycon Franco, referente ao mês de janeiro de 2021, considerando os esclarecimentos apresentados pelo parlamentar, e observados os dispositivos da Deliberação da Mesa nº 2.446, de 2009. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a sociedade empresária Plansul Planejamento e Consultoria Eireli, tendo como objeto a prestação de serviços de limpeza e conservação, com fornecimento de mão de obra e insumos – parecer favorável à revisão de preços em razão de nova convenção coletiva de trabalho, atualização do salário-mínimo e aumento do preço do transporte coletivo, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; Requerimento nº 7.233/2021, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre as mudanças na direção da

empresa, tendo em vista o comunicado feito em edição extra do *Cemig Online*, em 12/1/2021, informando que poderão ser contratados até 40% de pessoas não concursadas para os cargos de gestão da empresa – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 7.242/2021, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre a existência de proposta ou contato inicial com o Estado por parte da farmacêutica chinesa Sinovac Biotech, nos moldes da parceria com o Instituto Butantan, para a aquisição de doses da vacina Coronavac, destinadas à população do Estado, bem como sobre o agendamento de alguma reunião com a farmacêutica para tratar desse assunto - parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 7.272/2021, de autoria do deputado Repórter Rafael Martins, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre a matéria publicada na seção política do jornal *Estado de Minas*, pelo *site* em.com.br, em 28 de janeiro de 2021, intitulada “Governo de MG perdeu vacina chinesa após gafê diplomática e “diálogo lento”, pois, conforme a matéria, o governo do Estado não apresentou justificativa para o encerramento das tratativas com o laboratório chinês Sinopharm e a interrupção do relacionamento com os chineses, frustrando assim um acordo entre o referido laboratório, cujo imunizante tem 79,3% de eficácia, e o Estado de Minas Gerais, que já poderia estar em fase de produção através da Fundação Ezequiel Dias – Funed – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 7.391/2021, de autoria da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o processo de transferência de tecnologia para a produção da vacina contra a meningite C, envolvendo a Funed e o laboratório Novartis/GSK, uma vez que o contrato, expirado pela segunda vez, após investimento de R\$1.200.000.000,00, foi feito pelo governo de Minas Gerais nos últimos 10 anos; sobre a pretensão do Estado em assegurar a prorrogação desse contrato; sobre a possibilidade de formalização do termo de compromisso com o Ministério da Saúde, para garantir a parceria entre União e Estado; e sobre a viabilidade de ampliação da capacidade da Unidade Fabril V, da Funed, para produzir em larga escala a vacina contra a meningite C e atender à demanda do Ministério da Saúde – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 7.471/2021, de autoria da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre o terreno que, segundo informações prestadas na 11ª Reunião Extraordinária da comissão, está sob a gestão daquela pasta, cedido à Prefeitura de Diamantina desde 2002 e no qual hoje se localiza a Ocupação Vitória, especificando-se a atual situação de propriedade e de posse do referido terreno; tamanho da área cedida à Prefeitura de Diamantina e da área em posse do Estado, se houver; data e motivo da cessão; acompanhamento, por parte do governo do Estado, do atendimento da finalidade da cessão; possibilidade de reversão dessa cessão e destinação dessa área, ou parte dela, para fins de regularização fundiária da Ocupação Vitória, acompanhado do *link* da 11ª Reunião Extraordinária, realizada em 19/11/2020, com a finalidade de debater as ações de despejo promovidas pela Prefeitura de Diamantina na Ocupação Vitória – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 7.605/2021, de autoria do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Cemig pedido de informações sobre o contrato com a A.T. Kearney Consultoria de Gestão Empresarial Ltda., especificando objeto, duração, valor, modalidade de contratação, justificativa e fundamentação jurídica para a contratação, entre outros elementos do contrato – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 7.609/2021, de autoria do deputado Bruno Engler, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre a composição tributária incidente sobre os combustíveis no âmbito estadual – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 7.659/2021, de autoria do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab-MG – pedido de informações sobre o cancelamento, por parte da companhia, do empreendimento C.H. Ângelo Alves Pereira III, previsto no Protocolo de Cooperação Mútua e Parceria nº 268/2015, cujo objetivo era a construção de 4 blocos de prédios que abrigariam 64 apartamentos no Município de Itambacuri – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 7.752/2021, de autoria do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e ao chefe de gabinete do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de informações sobre o andamento dos planos de finalização das reformas e concessão das rodovias estaduais, sobretudo a BR-491, entre a cidade de

Varginha e a BR-381, e seja encaminhado cronograma para o término da reforma e início do processo de concessão – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 7.758/2021, de autoria da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os critérios e procedimentos adotados pela Comissão de Avaliação dos Filhos Segregados dos Pais com Hanseníase para aferir o valor das indenizações destinadas às pessoas submetidas à política de isolamento compulsório em Minas Gerais, tendo em vista que o cálculo deve considerar a extensão dos danos sofridos pelos beneficiários, conforme estabelecido pelo Decreto nº 47.560, de 2018, que regulamenta a Lei nº 23.137, de 10 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o pagamento dessas indenizações – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 7.798/2021, de autoria da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre os dados relativos à distribuição de *kits* de alimentação aos alunos da rede estadual, adquiridos com recursos da merenda escolar e do Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae –, especificando-se o quantitativo de alunos contemplados pela iniciativa até o momento, quais e quantas escolas obtiveram êxito em realizar de forma integral a distribuição desses *kits* e o comparativo do público atendido, antes e depois da liberação adicional de R\$170.000.000,00, anunciada pela pasta em 2/3/2021 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 7.850/2021, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre os motivos do fechamento da Escola Estadual Estêvão de Oliveira, em Juiz de Fora – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 24 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 24 de maio de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 24/5/2021

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Líder Táxi Aéreo S. A. – Air Brasil, tendo como objeto a prestação de serviços de transporte aéreo, por meio de fretamento de aeronaves – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, é assinado o seguinte ato relativo ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e de acordo com a Lei nº 15.014, de 15/1/2004, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, 5.195, de 4/7/2000, e 5.310, de 21/12/2007, exonerando, a pedido, Douglas do Couto Teixeira do cargo de analista legislativo – na especialidade de analista de sistemas. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 28 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 28 de maio de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 31/5/2021

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, por meio da Deliberação nº 2.767/2021, a Mesa altera o § 2º do art. 4º da Deliberação nº 2.764, de 7 de maio de 2021, que dispõe sobre a ampliação gradual das atividades presenciais na Assembleia Legislativa, observadas as ações necessárias para a prevenção da infecção humana Covid-19, e dá outras providências. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a sociedade empresária Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de assistência médica ambulatorial e hospitalar, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapias, por meio de plano privado, na modalidade contratação coletiva empresarial – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 12/2021, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Saúde Ocupacional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; Requerimento nº 7.767/2021, de autoria do deputado Carlos Henrique, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre o aumento do ICMS quanto às seguintes questões: por que a alíquota de ICMS sobre combustíveis no Estado é uma das maiores do País; qual a política de reajuste adotada; qual é o volume de arrecadação mensal e anual em valores não desagregados; qual o impacto na arrecadação esperado com o aumento dos combustíveis; na arrecadação líquida, retirando-se os repasses da fonte contributiva, de qual forma os recursos são distribuídos e gastos, especificando-se em valores desagregados de aplicação efetiva; por que não há subsídio ao consumidor final em período de pandemia; qual é a contrapartida para a sociedade e consumidores, considerando-se ser exagerada e disforme a alíquota aplicada em cada estado da Federação; somando-se a arrecadação líquida do ICMS sobre combustíveis e o IPVA, quais rodovias estaduais serão reformadas e beneficiadas com os impostos arrecadados e quais são os planejamentos de melhorias das referidas rodovias - parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 7.912/2021, de autoria da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social e ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre quais ações, programas ou projetos existentes em Minas Gerais têm por foco a promoção de trabalho, emprego e renda de mulheres, esclarecendo-se as respectivas previsão e execução orçamentárias – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 7.920/2021, de autoria da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à diretora do Hospital João XXIII pedido de informações para que apresente o plano de segurança em vigor contra incêndios, bem como o projeto de instalação de sistema de segurança do hospital submetido ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais – CBMMG – e informações acerca do estágio de tramitação em que se encontra, tendo em vista a precariedade na rede elétrica e goteiras permanentes em alguns pontos do hospital, identificadas durante a visita técnica da comissão realizada em 5/3/2020, conforme relatório que encaminha – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 7.945/2021, de autoria da Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, em que requer seja encaminhado ao presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – pedido de informações sobre os motivos da edição da Resolução Conjunta Cofin/Ipsemg-MG nº 001, de 30 de janeiro de 2020 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 7.968/2021, de autoria da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações substanciadas no cadastro de todas as barragens e diques localizados no Estado, especificando sua localização, material contido em cada um deles (água, terra, rejeitos, por exemplo), o modelo de construção (montante, jusante, por exemplo), seu

nível de estabilidade, sua situação de emergência, seu volume de armazenamento, a altura da crista, bem como se o dique eventualmente está acumulando rejeitos de alguma natureza – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 7.990/2021, de autoria da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, à secretária de Estado de Planejamento e Gestão e ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações acerca da perspectiva de implementação da fábrica de células de bateria de lítio e enxofre em Juiz de Fora, conforme divulgado pelo governador do Estado, especificando se existe algum risco e qual o grau de certeza de sua instalação no referido município; em que fase está a implementação dessa fábrica; qual a data provável para sua instalação; se existe entrave para sua instalação e, em caso positivo, qual seria esse entrave; e se existem dificuldades por parte da empresa ou do governo na conclusão do projeto – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 7.991/2021, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações para que sejam apresentados os estudos e debates promovidos por aquela pasta com professores, autoridades pedagógicas e universidades, incluindo-se as datas e locais dos seminários, ciclos de debates, palestras, *workshops* e outras modalidades de eventos, para a construção dos saberes que contribuíram e orientaram a construção das diretrizes político-pedagógicas que balizaram a decisão de implantação do projeto Somar, o qual pretende alterar o modelo da gestão das escolas no ensino médio, com objetivo de “melhorar os indicadores educacionais e abrir caminho para a implantação do Novo Ensino Médio em 2022”, bem como seja encaminhada pela Secretaria cópia das atas e relatórios das reuniões realizadas com os professores, funcionários e a comunidade escolar (pais e alunos) das três escolas estaduais escolhidas para implantação do referido projeto e sejam apresentados os estudos e publicações em revistas especializadas com as discussões e publicações de simpósios pedagógicos que possam corroborar e legitimar os argumentos de que escolas com indicadores educacionais abaixo da média têm melhores resultados e melhor desempenho quando sua gestão é realizada, de forma compartilhada, por instituições e organizações sem fins lucrativos e os argumentos de que a melhor forma de combater a evasão escolar é propor alteração na gestão escolar, sem envolver a comunidade escolar nem promover escuta ativa do público atendido – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 7.996/2021, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações consubstanciadas na listagem detalhada de todos os municípios e escolas aos quais o governo do Estado está oferecendo o Projeto Mãos Dadas, bem como daqueles que já formalizaram o interesse pelo referido projeto – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.008/2021, de autoria do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as medidas já implementadas para o cumprimento do disposto na Lei Federal nº 13.977, de 2020, que cria a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – Ciptea –, especialmente quanto à emissão desse documento de identificação – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.030/2021, de autoria do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a inclusão dos servidores do Hemominas, bem como todos os trabalhadores terceirizados a seu serviço, no Plano de Imunização contra a Covid-19, especificando-se em que estágio (fase do cronograma) eles estão incluídos para ser vacinados – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.047/2021, de autoria da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre os atrasos no pagamento de férias-prêmio para os servidores públicos estaduais de Minas Gerais, por meio das quais se esclareça: quantos servidores estão sem receber as férias-prêmio no âmbito do Estado; se, desde que ocorreram os primeiros atrasos no pagamento, alguma categoria recebeu as férias-prêmio enquanto outras ficaram sem receber; qual o montante total o Estado precisaria gastar para regularizar o pagamento desse direito aos servidores – parecer pela aprovação, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de

13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 7 de junho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 7 de junho de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 5/5/2021

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa referente ao mês de janeiro de 2021, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Fundhab – referente ao mês de janeiro de 2021, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova as prestações de contas dos deputados referentes à aplicação, até 31/1/2021, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.446, de 15 de junho de 2009. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a sociedade empresária Plansul Planejamento e Consultoria Eireli, tendo como objeto a prestação de serviços, com cessão de mão de obra, de execução indireta nas áreas de televisão, rádio, jornal, agência de notícias, plataformas digitais, produção gráfica e projetos culturais da Diretoria de Comunicação Institucional e de outras áreas da ALMG – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 51/2020, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. A seguir, a Mesa manifesta-se favorável à concessão do Adicional de Desempenho – ADE –, nos termos da Lei nº 17.590, de 2008, regulamentada pelas Deliberações da Mesa nº 2.421, de 2008, e 2.432, de 2008, à vista do parecer expresso pelo Conselho de Diretores, datado de 28 de abril de 2021, que aprovou o parecer emitido pela Gerência-Geral de Gestão de Pessoas em 8 de abril de 2021, e homologou a listagem elaborada por aquela gerência, contendo o nome dos servidores aptos à obtenção do ADE, no ano de 2021. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 7 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 7 de maio de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 7/5/2021

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa referente ao mês de fevereiro de 2021, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova a prestação de contas da

execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Fundhab – referente ao mês de fevereiro de 2021, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova as prestações de contas dos deputados referentes à aplicação, até 28/2/2021, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.446, de 15 de junho de 2009; 4ª) revoga a Decisão da Mesa de 3 de março de 2021, que dispõe sobre as atividades dos prestadores de serviços terceirizados e dos adolescentes trabalhadores, sem prejuízo dos efeitos por ela produzidos. A seguir, por meio da Deliberação nº 2.764/2021, a Mesa dispõe sobre a ampliação gradual das atividades presenciais na Assembleia Legislativa, observadas as ações necessárias para a prevenção da infecção humana Covid-19, e dá outras providências. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 10 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 10 de maio de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 12/5/2021

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo Requerimento nº 7.309/2021, de autoria do deputado Gustavo Mitre, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de informações para que sejam encaminhados a esta Casa Legislativa os documentos que detalham o projeto do rodoanel da Região Metropolitana de Belo Horizonte, especialmente os mapas com a localização dos terrenos a serem desapropriados para sua construção e o *data room* disponibilizado para os investidores interessados – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 7.311/2021, de autoria do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge – pedido de informações sobre os contratos firmados entre aquela empresa e diversos escritórios de advocacia, a partir de janeiro de 2019, acompanhado de cópias integrais dos documentos a que se referem, com as respectivas comprovações da prestação dos serviços, em que constem a forma da contratação dos prestadores de serviços, seu objeto, valor total, valor executado, justificativa para contratação, processo interno, prazo de execução e termos aditivos – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 7.401/2021, de autoria do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig –, ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão e ao diretor do Hospital Regional Antônio Dias, em Patos de Minas, pedido de informações sobre a transferência feita através de contrato de gestão com a Organização Social do Hospital Regional Antônio Dias, no Município de Patos de Minas, em que sejam apresentados os estudos técnicos, sociais e gerenciais capazes de comprovar que não haverá comprometimento dos atendimentos, especialmente por se tratar de um momento de pandemia; sejam encaminhados termo de referência, projeto básico ou outro instrumento prévio de planejamento, ato de qualificação das organizações sociais, planilha detalhada de composição de serviços e custos que serão gerenciados pela referida organização social; o ato convocatório do chamamento público e o comprovante de sua publicação, caso já tenha sido selecionada a organização social; os documentos relativos à qualificação econômica e financeira da organização selecionada e planilha detalhada, acompanhada de pareceres e estudos técnicos que comprovem que a celebração de contrato de gestão é mais vantajosa para a administração; o cronograma de transferência da gestão, bem como todos os estudos preliminares que o

antecederam; a autorização do Conselho Estadual de Saúde; o detalhamento de todos os objetivos e metas a serem alcançados com a transferência da gestão, em especial a qualidade dos atendimentos, o número de servidores lotados no hospital, separados por categorias profissionais, incluídos terceirizados e contratos temporários; o montante global da remuneração, a planilha detalhada dos custos de insumos, bem como as despesas com alimentação, manutenção de prédio e todas aquelas relacionadas às atividades meio e fim da unidade hospitalar; a anuência ou concordância dos servidores em relação à sua transferência para organizações sociais; e a especificação das medidas a serem tomadas em relação aos servidores que recusarem a transferência para organizações sociais, bem como a relação das unidades para as quais serão transferidos, esclarecendo-se se a transferência ocorrerá dentro do município – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 7.446/2021, de autoria da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre a previsão de expedição de carteira de identidade nos termos da Lei Federal nº 7.116, de 29/9/1983, no padrão estatuído pelo Decreto nº 9.278, de 5/2/2018 – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 7.494/2021, de autoria das deputadas Ana Paula Siqueira, Beatriz Cerqueira e Leninha, e dos deputados Ulysses Gomes, André Quintão, Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire e Marquinho Lemos, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado da Saúde pedido de informações configuradas em lista de servidores concursados ou em cargos de confiança da Secretaria de Estado da Saúde – SES – que foram vacinados contra a covid-19, mesmo não fazendo parte dos grupos prioritários definidos pelo Ministério da Saúde e não estejam envolvidos diretamente nas ações de enfrentamento a essa doença, na operacionalização da campanha nacional de vacinação contra a covid-19, na operacionalização dos planos de contingência de enfrentamento à covid-19 ou nos serviços essenciais da SES que exigem o trabalho presencial; e sejam essas informações acompanhadas da justificativa técnica para a vacinação desses profissionais, especialmente em relação aos trabalhadores da SES que podem realizar suas atividades em teletrabalho – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 7.665/2021, de autoria do deputado Doorgal Andrada, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG pedido de informações sobre o motivo da paralisação das obras de recuperação e pavimentação da Rodovia MG-338, no trecho localizado entre os Municípios de Barbacena e Ibertioga – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 7.706/2021, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o número de doses de vacina contra a covid-19 que foram disponibilizadas, até o momento, para o efetivo da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais – CBMMG; a data prevista para cada fase do plano de vacinação dos respectivos efetivos; a previsão de publicação de cronograma para o contingente do interior e da capital; a existência de alguma estratégia para priorizar unidades de comandos ou companhias de maior risco de contaminação; e a existência de algum plano de cooperação com as prefeituras para tais fins – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 7.723/2021, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o número de doses de vacina contra a covid-19 disponibilizado, até o momento, para o efetivo da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG; a data prevista para cada fase e critérios do plano de vacinação dos policiais civis; a data prevista de publicação de cronograma para o efetivo do interior e da capital; a estratégia para priorizar unidades de maior risco de contaminação; e, por fim, a existência de algum plano de cooperação com as prefeituras para tais fins – parecer pela rejeição, aprovado. A seguir, nos termos do art. 12, inciso II, alínea “a”, da Deliberação nº 2.598, de 13 de outubro de 2014 e art. 61, inciso XIII, da Resolução nº 3.800, de 30 de novembro de 1985, a Mesa homologa o Processo nº 1011014 26/2021, Pregão Eletrônico nº 12/2021, destinado à contratação de empresa especializada em planos de saúde, autorizando a celebração do contrato entre esta Assembleia Legislativa e a Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico, vencedora do lote único do certame. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº

2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 17 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 17 de maio de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 28/5/2021

Às 10 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo Requerimento nº 5.265/2020, de autoria da então deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre a dimensão dos cortes na Política de Prevenção à Criminalidade da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejus – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 6.016/2020, de autoria da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão, ao secretário de Estado de Fazenda e ao secretário de Estado de Governo pedido de informações acerca do valor total pago aos servidores públicos estaduais a título de aposentadorias e pensões, mês a mês, em 2020, discriminando-se o valor de cada um dos Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário –, e, no tocante ao Poder Executivo, discriminando-se o valor total do pagamento dos servidores ativos, aposentados e pensionistas – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.020/2020, de autoria da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado aos secretários de Estado de Planejamento e Gestão, de Fazenda e de Governo pedido de informações consubstanciadas em nota técnica sobre o cálculo dos percentuais das alíquotas progressivas, por faixa salarial, estabelecido em projeto de lei complementar, considerando-se a média de 14% previamente estabelecida – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.021/2020, de autoria da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão, ao secretário de Estado de Fazenda e ao secretário de Estado de Governo pedido de informações acerca do valor total retido dos servidores públicos estaduais a título de contribuição previdenciária no ano de 2020, mês a mês, nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, discriminando-se, no tocante ao Poder Executivo, o valor total da contribuição previdenciária dos servidores ativos, aposentados e pensionistas – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.037/2020, de autoria do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado ao presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – e ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações relativas ao encaminhamento da Nota Técnica Atuarial e Relatório da Avaliação Atuarial de que tratam a Instrução Normativa nº 9, de 21 de dezembro de 2018, e a Portaria nº 469, de 19 de novembro de 2018, ambas da Secretaria de Previdência, solicitando que sejam encaminhadas as respectivas tábuas biométricas e demais informações e estudos alternativos para equacionamento de eventual *déficit* financeiro e atuarial – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 7.740/2021, de autoria do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública e ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre a execução da Emenda nº 1.068 da revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental de 2019, inciso 943 da Lei nº 23.579, de 15 de janeiro de 2020, que teve como objeto do gasto a gestão das unidades policiais – reformar e equipar as delegacias especializadas de atendimento à mulher localizadas nos Municípios de Teófilo Otoni e Diamantina, sendo R\$40.000,00 para Teófilo Otoni e R\$60.000,00 para Diamantina, relacionando a aquisição e a destinação de cada item conforme o objeto de gasto indicado – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 7.918/2021, de autoria da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – pedido de informações sobre os padrões técnicos utilizados para a aquisição de insumos dos

hospitais da rede Fhemig, tendo em vista as denúncias colhidas durante a visita técnica da Comissão de Direitos Humanos da ALMG, realizada em 5/3/2020, ao Hospital João XXIII, segundo as quais o material adquirido é de baixíssima qualidade, o que gera desperdício, na medida em que é necessário utilizar uma quantidade maior de material para cada procedimento – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 7.939/2021, de autoria do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre o estágio atual de instalação e funcionamento do Projeto P 7 Criativo, projeto orçado em R\$57 milhões, sendo R\$17 milhões vindos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – e o restante da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 7.969/2021, de autoria da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de informações sobre o processo de concessão dos parques e unidades de conservação no Estado, consubstanciando a atual situação de cada um deles em relatório pormenorizado – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 7.971/2021, de autoria da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em que requer seja encaminhado ao superintendente de fiscalização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre quais são as ações planejadas pelo departamento em relação à fauna doméstica no Estado, excetuando-se a execução de emendas parlamentares, acompanhadas de cópia do diagnóstico da fauna doméstica em todos os municípios mineiros – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 8.003/2021, de autoria do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações detalhadas sobre a execução orçamentária do Fundo de Erradicação da Miséria em 2020, especialmente com relação ao montante do recurso não executado, no valor de R\$391.760.501,26 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.012/2021, de autoria da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre os danos ambientais provocados no Município de Santa Bárbara, bem como as ações que estão sendo adotadas pelo Estado, tendo em vista o vazamento ocorrido na planta da mineradora AngloGold Ashanti na mina Córrego do Sítio, que atingiu o Rio Conceição, no referido município – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 8.028/2021, de autoria do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de informações sobre as obras de recapeamento do piso da MG-111, em especial no trecho compreendido entre Ipanema e Manhauçu, e, se o trecho indicado ou outro da rodovia já estiver contemplado em plano ou edital de recapeamento, que sejam detalhadas informações sobre os procedimentos adotados ou que serão adotados, bem como a previsão de tempo para início e conclusão das obras – parecer pela aprovação, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 31 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 31 de maio de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 6/5/2021

Às 16h8min, comparecem à reunião a deputada Ana Paula Siqueira e os deputados Professor Wendel Mesquita, Zé Guilherme e Doutor Paulo, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Rafael Martins. Havendo número

regimental, o presidente, deputado professor Wendel Mesquita, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater a inclusão, na lista de prioridades na vacinação contra a covid-19, das pessoas com deficiência, com doenças raras e com síndrome de Down, dos indivíduos dentro do espectro autista, tendo em vista as limitações que têm para seguir os protocolos de prevenção. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 8.644/2021, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Universidade José do Rosário Vellano – Unifenas – pedido de providências para que, em observância à Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, promova as adequações necessárias das aulas remotas dos cursos ofertados pela instituição, disponibilizando-as com transcrição por meio da estenotipia – único método que cumpre o que é exigido pela Associação Brasileira das Normas Técnicas – ABNT –, que permite a completa compreensão do conteúdo ministrado pelos alunos deficientes auditivos oralizados;

nº 8.655/2021, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja realizada audiência pública para debater os planos de terceirização da educação em Minas Gerais e de municipalização das escolas estaduais, no âmbito da educação especial;

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Ariene Pereira Menezes, presidente do Grupo de Apoio a Pais e Profissionais de Pessoas com Autismo de Juiz de Fora – Gappa; Cynthia de Lima Prata Abi Habib, presidente da Associação da Síndrome de Asperger no Transtorno do Espectro do Autismo de MG; Denise Martins Ferreira, psicóloga e presidente da Associação Mineira de Amigos e de Pessoas com Epilepsia; Maria Juliana de Oliveira Silva, presidente do Instituto Um Minuto Pela Vida e coordenadora de Ações sobre Doenças Raras no Estado; Regina Salomão de Souza, mãe de portadora de doença rara; Selma Sueli Silva, jornalista e diretora do Site Mundo Audista; Tatiane Nogueira Santana, presidente da Associação dos Deficientes Físicos de Teófilo Otoni; Vânia Maria da Silva Melo Lamas, coordenadora geral do Fórum de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Colar Metropolitano do Vale do Aço de Minas Gerais; Vivian Goulart Dutra, 2ª Vice-Presidente da Comissão de Defesa Dos Direitos da Pessoa com Autismo da OAB/MG; Tânia Scarabelli, membro da Comissão de Defesa de Direitos das Pessoas com Doenças Raras da OAB/MG; Janaina Passos de Paula, subsecretária de Vigilância em Saúde, representando o secretário de Estado de Saúde; Enilsa Soares, da Associação dos Pais e Amigos de Surdo de Itabira – Apasita; Eugenia Ribeiro Valadares, médica pediatra e geneticista, professora titular da Faculdade de Medicina da UFMG e membro da Comissão de Defesa do Direito das Pessoas com Doenças Raras da OAB-MG; Denise Sebastiana Silva, presidente da Associação das Pessoas com Deficiência de Santos Dumont e os Srs. Carlos Roberto Beto da Silva, presidente da Associação dos Deficientes do Oeste de Minas – Adefom; Duílio Silva Campos, subsecretário de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social; José Saviotto Pereira Barbosa, representante da Associação da Síndrome de Asperger no Transtorno do Espectro do Autismo ASA TEA-MG; Luiz Felipe Meijon, advogado, representando o presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da OAB MG e membro da Comissão Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência no Conselho Federal da OAB; Roberto Carlos Pinto, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Conped; Rodrigo Netcheka Moura, ativista de Doenças Raras; Pedro Henrique da Silva, vereador da Câmara Municipal de São Gonçalo do Pará; Valcir Soares Silva, presidente fundador da Associação dos Deficientes de Montes Claros – Ademoc; Washington Luiz Leite Lana, presidente da Comissão Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Autismo da OAB/MG da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais – OAB/MG; Wesley Barbosa Severino, coordenador da Coordenadoria Especial de Apoio e Assistência à Pessoa com Deficiência – CAADE; Alexander Fabian Malheiros, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Sivaldo Ribeiro dos Santos, deficiente Visual de Montes Claros – Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência; Cláudio Luiz de Oliveira, membro da Associação Mineira de Apoio às Pessoas com Neurofibromatose – Amanf; Elias Gonçalves, presidente da Associação de Cooperação e Integração do Portador de Deficiência de João Monlevade e Região; Estevão Machado de

Assis Carvalho, coordenador da Defensoria Especializada da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência; Anderson Luís Coelho, presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional de Minas Gerais – Crefito-4 e Wellington Lino Mendes Cavalcanti, conselheiro do Grupo de Pessoas com Mobilidade Reduzida de Juiz de Fora-MG. O presidente, autor do requerimento que deu origem aos debates, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2021.

Professor Wendel Mesquita, presidente – Professor Cleiton – Doutor Paulo.

 **ORDEM DO DIA****ORDEM DO DIA DA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA,
EM 24/8/2021****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase**

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 7.979/2021, do deputado Bartô, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre os termos do acordo assinado em 12/5/2021 entre o governo do Estado e as Prefeituras Municipais de Contagem e Belo Horizonte para a realização de obras de contenção de enchentes, conforme notícia veiculada pelo portal Agência Minas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 8.700/2021, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de informações consubstanciadas nos estudos realizados até agora, ainda que não concluídos, sobre os dados envolvendo o processo de concessão do Parque Estadual do Ibitipoca. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 8.790/2021, da Comissão Extraordinária das Privatizações, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas em relatório contendo o resultado financeiro, a evolução do endividamento, o número de funcionários, os aportes de recursos recebidos do governo nos últimos cinco exercícios, finalizados em 2020. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 8.791/2021, da Comissão Extraordinária das Privatizações, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas em relatório contendo o resultado financeiro, a evolução do endividamento, o número de funcionários, o valor de mercado, os aportes de recursos recebidos do governo estadual, bem como a população atendida no Estado pela empresa e pedidos de ligações pendentes nos últimos cinco anos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 8.813/2021, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais pedido de informações sobre a cobrança irregular de taxa de esgoto nos municípios atendidos pela Copasa e Copanor. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

3ª Fase

Pareceres de redação final.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os deputados Charles Santos, Bruno Engler, Cristiano Silveira, Glaycon Franco, Guilherme da Cunha e Zé Reis, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 24/8/2021, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o Turno Único do Projeto de Lei nº 2.731/2015, do deputado Inácio Franco; de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 2.836 e 2.767/2021 do deputado Hely Tarquínio; 690/2015, da deputada Marília Campos; 896/2015 e 2.343/2020, do deputado Gil Pereira; 956/2015, do deputado Gustavo Valadares; 99/2019, da deputada Ana Paula Siqueira; 1.576/2020, do deputado Duarte Bechir; 1.847/2020 e 2.477/2021, do deputado Antonio Carlos Arantes; 2.262/2020, do deputado Fernando Pacheco; 2.436/2021, do deputado Arlen Santiago; 2.440/2021, do deputado Professor Irineu; 2.684/2021, do deputado Doutor Jean Freire; 2.751 e 2.752/2021, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.764/2021, do deputado Charles Santos; 2.812/2021, da deputada Leninha; 2.935/2021, da deputada Laura Serrano; 2.941/2021, do deputado Cleitinho Azevedo; 2.953/2021, do deputado Virgílio Guimarães; 2.955/2021, do deputado Celinho Sintrocel; 2.971 e 2.972/2021, do deputado Cássio Soares; de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 1.405 e 1.872/2020, do deputado Gustavo Mitre; 1.514/2020, do deputado Zé Guilherme; 2.140/2020 e 2.755/2021, do deputado Bosco; 2.451/2021, do deputado Tadeu Martins Leite; 2.475/2021, do deputado Doutor Wilson Batista; 2.631/2021, do deputado Tito Torres; 2.855/2021, do deputado Raul Belém; 2.886/2021, da deputada Rosângela Reis; 2.938 e 2.975/2021, do deputado Virgílio Guimarães; 2.969/2021, do deputado Arlen Santiago; 2.973/2021, do deputado João Magalhães; e 2.977/2021, da deputada Beatriz Cerqueira; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2021.

Sávio Souza Cruz, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Econômico**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Dalmo Ribeiro Silva, Bernardo Mucida, Fábio Avelar de Oliveira e Professor Irineu, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 24/8/2021, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 4.869/2017, do deputado Cristiano Silveira, de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 4.792/2017, do deputado Inácio Franco, 4.878/2017, do deputado Cristiano Silveira, e 883/2019, da deputada Ione Pinheiro, de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 8.822/2021, do deputado Celinho Sintrocel, e 8.837/2021, do deputado Betinho Pinto Coelho, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2021.

Thiago Cota, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Agropecuária e Agroindústria**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Coronel Henrique, Betinho Pinto Coelho, Gustavo Santana e Inácio Franco, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 24/8/2021, às 11 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 2.185/2020, da deputada Beatriz Cerqueira, de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 1.030/2019, da deputada Leninha, e 2.275/2020, do governador do Estado, de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 8.912 e 8.913/2021, do deputado Mauro Tramonte, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2021.

Delegado Heli Grilo, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Douglas Melo, André Quintão, Betão e Mário Henrique Caixa, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 24/8/2021, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 1.811/2015, do deputado João Alberto, 1.574/2020, do deputado Coronel Henrique, 2.758/2021, do deputado Leandro Genaro, de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 8.737 e 8.738/2021, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, 8.839/2021, do deputado Raul Belém, e 8.935/2021, do deputado Celinho Sintrocel, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2021.

Celinho Sintrocel, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Professor Cleiton, Fernando Pacheco, Arnaldo Silva e Gustavo Mitre, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/8/2021, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade

de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a necessidade de reestruturação e fortalecimento do Fundo de Assistência ao Turismo – Fastur.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2021.

Mauro Tramonte, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Visita da Comissão Extraordinária das Privatizações

Nos termos regimentais, convoco os deputados Bruno Engler, Betão, Duarte Bechir e Guilherme da Cunha, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 25/8/2021, às 10 horas, à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig –, em Belo Horizonte, com a finalidade de obter informações sobre a sua atuação e o seu processo de privatização.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2021.

Coronel Sandro, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 2.937/2021

Inclua-se no Anexo do PL 2.937, de 2021, para fins de suplementação orçamentária, a ação código n. 2065 “Proventos dos Profissionais do Magistério Ensino Fundamental” da unidade orçamentária “Secretaria de Estado de Educação – Cód. 1201” prevista na Lei nº 23.752, de 2020 (PPAG 2020-2023 / Revisão 2021), destinando o montante de R\$327.000.000,00 previsto na ação código nº 4303 “Atendimento aos Municípios Mineiros” da unidade orçamentária “Secretaria de Estado de Educação – Cód. 1201” para a ação 2065.

Justificação: A presente emenda tem a finalidade de garantir a destinação de recursos para a valorização dos profissionais da educação básica do Estado, conforme previsão contida no art. 20 da Lei nº 23.751, de 2020 que trata do orçamento do Estado para o ano de 2021, a seguir: “Fica o Poder Executivo autorizado, quando da apuração do percentual de aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme contido no art. 201 da Constituição do Estado e nos termos do art. 72 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, do art. 165 da Constituição da República e do art. 52 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a utilizar o recurso remanescente para investimento em remuneração, aperfeiçoamento e valorização dos servidores públicos que integram as carreiras da Lei nº 15.293, de 5 de agosto de 2004, para fins do cumprimento do percentual mínimo exigido”

Autor: Deputada Beatriz Cerqueira

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.640/2021

Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Relatório

De autoria do deputado Sargento Rodrigues, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o projeto assistencial Laguna – Projal –, com sede no Município de Contagem.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Esporte, Lazer e Juventude. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública o projeto assistencial Laguna – Projal –, com sede no Município de Contagem, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, cujo escopo é a promoção do esporte e lazer.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o referido estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, organizar atividades esportivas, sobretudo de futebol, e ofertar atividades culturais e de lazer.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela associação para a democratização da prática esportiva no município, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.640/2021, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 20 de agosto de 2021.

Mário Henrique Caixa, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 7.979/2021

Mesa da Assembleia

Relatório

Por meio da proposição em epígrafe, o deputado Bartô requer ao presidente da Assembleia Legislativa seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre os termos do acordo assinado em 12/5/2021 entre o governo do Estado e as Prefeituras Municipais de Contagem e Belo Horizonte para a realização de obras de contenção de enchentes, conforme notícia veiculada pelo portal Agência Minas.

Após publicação no *Diário do Legislativo* de 20/5/2021, a matéria vem a este órgão colegiado para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre os termos do acordo assinado entre o governo do Estado e as Prefeituras Municipais de Contagem e Belo Horizonte para a realização de obras de contenção de enchentes.

Efetivamente, além do portal de notícias do governo do Estado, diversos *sites* da imprensa e também os das Prefeituras de Belo Horizonte e Contagem anunciaram o referido acordo. As obras objeto do ajuste envolveriam intervenções de contenção de cheias dos córregos Ferrugem e Riacho das Pedras, afluentes do Ribeirão Arrudas. Os recursos para as obras, que girariam em torno de R\$298 milhões, seriam provenientes de acordo judicial com a mineradora Vale pela reparação de estragos causados pelo rompimento de barragem em Brumadinho, segundo foi noticiado.

Quanto à competência e à iniciativa, a proposição em exame se fundamenta no art. 46, inciso III, do Regimento Interno, que diz que é direito do deputado encaminhar, por meio da Mesa da Assembleia, pedido escrito de informações. Já o § 2º do art. 54 da

Constituição do Estado autoriza a Mesa da Assembleia a encaminhar a secretário de Estado pedido escrito de informação, e a recusa, o não atendimento no prazo de 30 dias ou a prestação de informação falsa importam crime de responsabilidade.

Observa-se, no entanto, que o governador do Estado não é referido no citado art. 54 e, com efeito, não pode ser destinatário de pedido escrito de informação, sob pena de ofensa ao princípio da independência dos Poderes.

Dessa forma, considerando que a informação solicitada relaciona-se com matéria de inegável interesse público, somos favoráveis à aprovação da proposição na forma do Substitutivo nº 1, abaixo redigido, que define como destinatário do requerimento o secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade.

Nesses termos, a proposição em epígrafe cumprirá o previsto nos arts. 73 e 74 da Constituição do Estado, que atribuem ao Legislativo Estadual o dever de fiscalizar o exercício da função administrativa do Estado.

Conclusão

Tendo em vista o exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 7.979/2021 na forma do Substitutivo nº 1, abaixo redigido.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado Bartô requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre os termos do acordo assinado em 12/5/2021 entre o governo do Estado e as Prefeituras Municipais de Contagem e Belo Horizonte para a realização de obras de contenção de enchentes, conforme notícia veiculada pelo portal Agência Minas.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 16 de agosto de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Doutor Jean Freire, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 8.700/2021

Mesa da Assembleia

Relatório

Por meio da proposição em análise, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável requer seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de informações consubstanciadas nos estudos realizados até agora, ainda que não concluídos, sobre os dados envolvendo o processo de concessão do Parque Estadual do Ibitipoca.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 17/7/2021 vem a matéria à Mesa da Assembleia para dela receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

Localizado na Serra do Ibitipoca, uma ramificação da Serra da Mantiqueira, o Parque Estadual do Ibitipoca é um dos mais visitado do Estado, segundo informações do IEF. Abrange os municípios de Bias Fortes, Lima Duarte e Santa Rita de Ibitipoca e abriga mirantes, grutas, praias de águas doce, cachoeiras, piscinas naturais, além de apresentar uma relevante diversidade de fauna e flora.

Assim como outras Unidades de Conservação – UCs – do Estado, a gestão do Parque Estadual do Ibitipoca vem sendo feita exclusivamente pelo poder público, com destinação de recursos públicos para sua operação e manutenção. Diante do atual cenário de

crise fiscal, o Executivo entendeu ser necessária a busca de alternativas para a gestão dessas unidades, para propiciar a redução de custos, bem como a efetiva implantação dessas unidades.

Neste contexto, o Programa de Concessão em Parques Estaduais – Parc –, lançado pelo governo do Estado em 11 de abril de 2019, pretende contribuir para a inovação na gestão dessas áreas protegidas, de modo a atrair investimentos para aprimorar e diversificar os serviços turísticos ofertados nas unidades de conservação estaduais, além de garantir o cumprimento dos objetivos de sua criação, o aproveitamento sustentável das suas potencialidades econômicas e mais eficiência na gestão e na conservação da sua biodiversidade. No total, 20 UCs administradas pelo IEF integram o Parc – entre elas o Parque Estadual do Ibitipoca – e as licitações para o processo de concessão deverão estar concluídas até o final de 2022.

Diante do exposto, observamos que o requerimento em pauta se funda na premissa de que à Assembleia Legislativa compete não só fiscalizar a aplicação das políticas públicas, mas também buscar a transparência e as adequações eventualmente necessárias nas questões que dizem respeito aos interesses da sociedade.

Quanto à legitimidade da iniciativa, o pedido de informações do Poder Legislativo a autoridades estaduais integra o rol de ações de controle externo sobre as atividades da administração pública e é amparado pelo art. 54, § 3º, e pelo inciso II do § 1º do art. 73 da Constituição Estadual.

A proposição também encontra respaldo no inciso IX do art. 100 do Regimento Interno desta Casa, que assegura às comissões o direito de encaminhar, por meio da Mesa da Assembleia, pedido escrito de informação a autoridades públicas. E segundo a alínea “c” do inciso VIII de seu art. 79, a Mesa somente admitirá o pedido quando se tratar de assunto relacionado a matéria legislativa em trâmite ou a fato sujeito ao controle e à fiscalização da Assembleia Legislativa, o que se enquadra na situação em análise.

Como o requerimento atende às atribuições e às exigências supramencionadas, entendemos que merece prosperar nesta Casa. Não obstante, apresentamos um substitutivo ao final deste parecer com o intuito de aprimorar o texto da proposição e de endereçá-la ao diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas – IEF.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 8.700/2021, na forma do Substitutivo nº 1, a seguir redigido.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável requer a V. Exa., nos termos do art. 100, IX, c/c o art. 233, XII, do Regimento Interno seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas pedido de informações consubstanciadas nos estudos realizados até agora, ainda que não concluídos, sobre o processo de concessão do Parque Estadual do Ibitipoca.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 16 de agosto de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Doutor Jean Freire, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 8.790/2021

Mesa da Assembleia

Relatório

De autoria da Comissão Extraordinária das Privatizações, a proposição em tela requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas em relatório contendo o

resultado financeiro, a evolução do endividamento, o número de funcionários e aportes de recursos recebidos do governo nos últimos cinco anos de exercício, finalizados em 2020.

Publicada no *Diário do Legislativo* em 5/8/2021, vem a matéria a este órgão colegiado para dele receber parecer nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A matéria em tela solicita informações de cunho operacional e financeiro da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge –, nos últimos cinco anos de exercício, finalizados em 2020.

Segundo a própria empresa, em seu sítio eletrônico, ela foi originada após reorganização societária da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig –, tendo por missão contribuir para o desenvolvimento mineiro, atuando em áreas como automotiva, química, defesa e segurança, indústria criativa, esporte e turismo.

A Codemge tem sido motivo de atenção deste Parlamento, por suas atividades estarem, historicamente, ligadas às da Codemig, cuja possível privatização ou venda de direitos minerários é objeto de devido escrutínio nesta Casa. Assim, parece-nos apropriado e coerente o pedido de informações que se pretende enviar.

Já do ponto de vista de sua admissibilidade, cabe destacar que a Carta Estadual, por meio do art. 54, § 3º, conferiu à Mesa da Assembleia a prerrogativa de encaminhar pedido de informação a dirigente de entidade da administração indireta, cuja recusa, o não atendimento no prazo de 30 dias ou a prestação de informação falsa constituem infração administrativa, sujeita a responsabilização. Em termos regimentais, a matéria está alinhada com o disposto no inciso IX do art. 100 do Regimento Interno, que assegurou às comissões a possibilidade de enviar, por intermédio da Mesa da Assembleia, pedido escrito de informação a autoridades públicas. Por fim, a alínea “c” do inciso VIII do art. 79 do citado regimento, estabelece que a Mesa da Assembleia somente admitirá tal pedido quando se tratar de assunto relacionado a matéria legislativa em trâmite ou a fato sujeito ao controle e à fiscalização da Assembleia Legislativa. Define a Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, que estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo do Estado, em seu art. 25, § 3º, II, “b”, que a Codemge é vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede. Dessa maneira, é integrante da administração indireta estadual. Verificamos, assim, o atendimento aos requisitos legais para admissibilidade do pedido em estudo.

Conclusão

Conforme o exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 8.790/2021.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 16 de agosto de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Doutor Jean Freire, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 8.791/2021

Mesa da Assembleia

Relatório

De autoria da Comissão Extraordinária das Privatizações, a proposição em tela requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas em relatório contendo resultado financeiro, evolução do endividamento, número de funcionários, valor de mercado, aportes de recursos recebidos do governo estadual, bem como população atendida no Estado pela empresa e pedidos de ligações pendentes nos últimos cinco anos.

Publicada no *Diário do Legislativo* em 5/8/2021, vem a matéria a este órgão colegiado para dele receber parecer nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A matéria em tela solicita informações de cunho operacional e financeiro da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig –, grupo com importante atuação em Minas Gerais e em outras unidades da Federação.

A importância da Cemig para o Estado, bem como a sua situação operacional e financeira, diversas vezes debatida neste Parlamento, tornam a empresa objeto de justificado escrutínio. A empresa tem passado por extensa reformulação nos últimos anos, devido a fatores como alterações estruturais no mercado de energia elétrica, bem como a perda da concessão de importantes usinas geradoras, entre outras mudanças. Além disso, tornou-se objeto de estudos com vistas a possível desestatização.

O pedido de informações em tela solicita o envio a este Parlamento de relatório contendo resultado financeiro, evolução do endividamento, número de funcionários, valor de mercado, aportes de recursos recebidos do governo estadual, bem como população atendida no Estado pela empresa e pedidos de ligações pendentes nos últimos cinco anos. Este último item, em especial, também já foi debatido diversas vezes nesta Assembleia Legislativa. A existência de pedidos pendentes de ligação elétrica, por vezes com grande demora para atendimento, tem impactos relevantes sobre a atividade produtiva.

Dessa maneira, por se tratar de acompanhamento de política pública, cuja fiscalização é função típica do Poder Legislativo, o pedido em tela nos parece adequado. Ressalte-se que as informações solicitadas não são sigilosas e seu envio a este Parlamento, de maneira alguma, impactaria de forma adversa eventual processo de desestatização.

Do ponto de vista da previsão legal, destacamos que a Constituição do Estado, em seu art. 54, § 3º, definiu que a Mesa da Assembleia pode encaminhar pedido de informação a dirigente de entidade da administração indireta, e a recusa, o não atendimento no prazo de 30 dias ou a prestação de informação falsa constituem infração administrativa, sujeita a responsabilização. Ora, a Cemig é uma sociedade de economia que, nos termos da Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, é vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede. Integram, assim, a chamada administração indireta, estando submetida à ação fiscalizadora da Assembleia Legislativa. O envio pretendido está respaldado ainda pelo inciso IX do art. 100 do Regimento Interno, que assegura às comissões a possibilidade de encaminhar, por meio da Mesa da Assembleia, pedido escrito de informação a autoridades públicas. Além disso, está de acordo com a alínea “c” do inciso VIII do art. 79 do regimento, segundo o qual a Mesa da Assembleia somente admitirá o pedido quando se tratar de assunto relacionado a matéria legislativa em trâmite ou a fato sujeito ao controle e à fiscalização da Assembleia Legislativa, condição que, conforme visto, se verifica.

Conclusão

Conforme o exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 8.791/2021.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 16 de agosto de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Doutor Jean Freire, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 8.813/2021

Mesa da Assembleia

Relatório

Por meio da proposição em análise, a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização requer seja encaminhado ao diretor-geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais pedido de informações sobre a cobrança irregular de taxa de esgoto nos municípios atendidos pela Copasa e Copanor.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 5/8/2021 vem a matéria à Mesa da Assembleia para dela receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – é uma sociedade de economia mista que presta serviços de saneamento no Estado. Sua subsidiária, a Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Copanor – foi criada em 2007 para a prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas regiões Norte e Nordeste mineiras.

Em 2020, a Copasa operava o sistema de abastecimento de água em 591 municípios e o de coleta e tratamento de esgoto, em 254. Já a Copanor operava o abastecimento de água em 49 municípios e o esgotamento sanitário em 56.

Os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário são remunerados por meio de tarifas, cujos reajustes são anuais e previamente aprovados e autorizados pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais – Arsae-MG. A tarifa de esgoto representa um percentual em relação à tarifa de água.

A Copasa possuía duas tarifas de esgoto, a depender do tipo de serviço que fornecia. Se o usuário contava apenas com a coleta e o afastamento do seu esgoto, pagava a tarifa Esgoto Dinâmico Coletado – EDC –, que representava o valor de 25% da tarifa de água. Se ele possuía o serviço completo de esgoto, com a coleta, o afastamento e o tratamento, a tarifa era a de Esgoto Dinâmico Tratado – EDT –, que representava 100% da tarifa de água.

Porém, no dia 29 de junho, a Arsae-MG publicou a Resolução nº 154/2021, que autoriza a Copasa a aplicar novas tarifas para o próximo ciclo tarifário, de 2021 a 2025. Já a revisão tarifária da Copanor foi publicada por meio da resolução da Arsae nº 155/2021. As novas regras contemplam a redução, em média, de 1,52% das tarifas de água, bem como a unificação das tarifas de esgoto. Assim, a tarifa de esgoto vai passar a representar 74% do valor da tarifa de água, quer o esgoto seja apenas coletado, quer seja coletado e tratado.

Na prática, os consumidores que contam com o tratamento de esgoto vão perceber uma redução na sua fatura, pois essa tarifa vai passar de 100% para 74% do valor da de água. Por outro lado, os que só têm o esgoto coletado, sem tratamento, vão perceber um aumento, pois a tarifa vai passar de 25% para 74% do valor da de água.

Nesse contexto, a Assembleia Legislativa, por meio de suas comissões, lida frequentemente com as reclamações e as demandas da sociedade, que tem manifestado reclamações relacionadas à cobrança de tarifas, principalmente quando os serviços não são satisfatoriamente prestados. Ademais, são corriqueiras as notícias na mídia sobre fiscalizações da Arsae-MG que identificam cobranças indevidas em diversos municípios do Estado. Em geral, nessas situações a Copasa cobra pelo tratamento de esgoto, mas este não é efetivamente realizado.

No que se refere à legitimidade da iniciativa, o pedido de informações do Poder Legislativo às autoridades estaduais integra o rol de ações de controle externo sobre as atividades da administração pública e é amparado constitucionalmente pelos arts. 54, § 3º, e inciso II do § 1º do art. 73, da Constituição Estadual.

A proposição também encontra respaldo no inciso IX do art. 100 do Regimento Interno desta Casa, que assegura às comissões o direito de encaminhar, por meio da Mesa da Assembleia, pedido escrito de informação a autoridades públicas. E segundo a alínea “c” do inciso VIII de seu art. 79, a Mesa da Assembleia somente admitirá o pedido quando se tratar de assunto relacionado a matéria legislativa em trâmite ou a fato sujeito ao controle e à fiscalização da Assembleia Legislativa, o que se enquadra na situação em análise.

Consideramos, portanto, que as informações requeridas são importantes e a solicitação em tela está constitucional e regimentalmente amparada, uma vez que compete à Assembleia Legislativa fiscalizar a aplicação das políticas públicas e buscar a transparência e as adequações nas questões que dizem respeito aos interesses da sociedade. Não obstante, apresentamos um substitutivo, ao final deste parecer, com o intuito de aprimorar a redação da proposição e tornar mais claros os seus objetivos.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 8.813/2021, na forma do Substitutivo nº 1, a seguir redigido.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento do deputado Elismar Prado, aprovado na sua 8ª Reunião Extraordinária, realizada em 15/07/2021, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao diretor-geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais pedido de informações sobre a cobrança indevida da tarifa de esgoto nos municípios atendidos pela Copasa e pela Copanor, em especial quanto aos seguintes itens: 1) Em quais municípios ocorreram cobranças indevidas das tarifas de esgoto? 2) Quais os valores cobrados indevidamente em cada município? 3) Quantos usuários foram prejudicados em cada município? 4) Que ações a Arsae-MG tomou contra tais cobranças indevidas? 5) Quanto já foi devolvido aos usuários?

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 16 de agosto de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Doutor Jean Freire, relator.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 23/8/2021, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Diego Falabella Donada Aguiar, padrão VL-32, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Guilherme da Cunha;

nomeando Alessandro Pagliano Barbosa, padrão VL-19, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Henrique;

nomeando Marli Galvão da Silva, padrão VL-19, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Henrique;

nomeando Suélen Augusta de Souza, padrão VL-19, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Henrique.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 57/2021**Número no Siad: 9223975/2021**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Vitha Service – Empresa de Administração e Terceirização de Serviços Eireli. Objeto: cessão de mão de obra, de 2 vigias e 48 porteiros, com fornecimento de uniformes, equipamentos e materiais que se fizerem necessários, que deverão atuar exclusivamente a serviço e sob orientação, supervisão e fiscalização diária da contratada. Objeto do aditamento: segunda prorrogação contratual e acréscimo de 42 uniformes (jaquetas). Vigência: 13/9/2021 a 12/9/2022. Dotação orçamentária: 1011-01-031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1).

TERMO DE ADITAMENTO Nº 60/2021**Número no Siad: 9252778/2021**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: SM Consultoria em Projetos Ltda. Objeto do contrato: prestação de serviços de manutenção corretiva e assistência técnica em sistemas de captação e retransmissão de sinais de áudio e vídeo. Objeto do aditamento: primeira prorrogação do prazo contratual e majoração do preço previsto para peças em 25%. Vigência: de 1º/8/2021 a 31/7/2022. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1).

CANDIDATOS APROVADOS – ESPECIALIZAÇÃO EM PODER LEGISLATIVO 2021

NOME
Adélio Carlos de Andrade
Alberto de Oliveira Neto
Alexandre Augusto Vieira
Alexandre de Freitas Vilaça Decaris
Aline Romana da Silveira e Souza
Andréa Fátima Santos e Campos
Andreia Bahia e Silva
André Lobato Andrade
Bruno Tomaz Madeira
Camilla Martins Persichini
Carlos Tiago Jorge de Azevedo
Carlos Renato de Almeida
Deborah Rubiana de Souza
Domingos Antônio Zatti Pinto da Silva
Fellipe Augusto Maciel de Faria Mota Oliveira
Guilherme Eterovik Gonçalves de Melo Silva
Helen Cristina Alkmim Tavares
Henrique Ricaldoni Lage Coelho
Janaína Amaral Pereira da Silva
Kris Kristoferson Pereira
Lena Cristina Amorim Horta
Luciano Teodoro de Souza
Luiz Felipe de Carvalho Gomes Ferreira
Luiz Marcelo Cabral Tavares
Mayara Lorena Barbosa de Almeida
Miriam Ires Couto Marinho
Patrícia de Castro Brum
Pedro Henrique Chadid de Oliveira
Pedro Henrique Alves Auarek
Raphael Rodrigues Ferreira
Stéfano Antônio Cardoso
Tainá Aparecida de Oliveira Rosa
Thábata Filizola Costa
Tiago Tomaz Tenório de Albuquerque
Walcir Boas Fonseca Junior

**ERRATAS****PROJETO DE LEI Nº 3.003/2021**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 20/8/2021, na pág. 6, no despacho, onde se lê:

“nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno”, leia-se:

“nos termos do art. 190, c/c o art. 102, do Regimento Interno”.

ATA DA 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 19/8/2021

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 21/8/2021, na pág. 18, sob o título “Requerimentos”, no despacho do Requerimento nº 9.002/2021, onde se lê:

“(– À Mesa da Assembleia.)”, leia-se:

“(– À Mesa da Assembleia para parecer, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.753/2020).”.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 21/8/2021, na pág. 30, onde se lê:

“Frederico Coutinho de Souza”, leia-se:

“Frederico Coutinho de Souza Dias”.